



Isolados somos menos capazes

Carlos Pimenta

1. Foram publicados vários livros sobre os intervenientes em fraudes, o que demonstra dois aspetos recentes no nosso país, só possível em democracia: (1) Os «ricos e poderosos» deixaram de estar excluídos das investigações criminais; (2) A «sociedade civil» vai percecionando como as fraudes dos outros atingem perniciosamente as suas vidas.

É nessa linha editorial que se situa *Apanhados*, de António Vilela, publicado este ano. Este livro permite-nos compreender como funcionam muitas das elites económicas, sociais e políticas do nosso país na prática da fraude fiscal, branqueamento de capitais e outros crimes e, também como o Ministério Público, as polícias, a Administração Tributária e os Tribunais

operam. É um trabalho minucioso de consulta dos processos de investigação e de contextualização social.

2. Da leitura apercebemo-nos da tenacidade de quantos se colocam para além dos conflitos de interesse e das pressões sociais para dignificarem o cumprimento da Lei. De uma Lei que coexiste com os caminhos legais para ampliar as ilegalidades, como é o caso dos *offshores*, jurisdições de sigilo e facilitadores da fraude fiscal e do encontro das elites com o crime organizado transnacional. Uma Lei fiscalizada por instituições com carências humanas e financeiras brutais, exigindo a omnipresença de muito poucos em múltiplas atividades.

Os valores de fraude envolvidos confirmam os obscenos valores da

economia não registada apresentados anualmente pelo OBEGEF (27% do PIB oficial em 2015) e revelam a imperiosidade de não desperdiçarmos recursos com algumas pequenas fraudes, eventualmente constitutivas da economia informal de subsistência.

Contudo o livro também revela a face menos adequada de muitas investigações judiciais: mais do que criminalizar os defraudadores e espelhar para a sociedade quem são os infratores, visa-se garantir o pagamento de uma parte da dívida ao Estado, embora seja de admitir que outras se forjarão futuramente. Se aderiu a um perdão fiscal ou paga o solicitado poderá eventualmente ter o processo arquivado.

3. Os processos arrastam-se anos, o acaso também potencia resultados,

muitas pistas são abandonadas por escassez de recursos.

Muitas investigações poderiam ser mais céleres e profícuas se o Ministério Público soubesse encontrar parceiros que possibilitassem o planeamento da investigação criminal e o seu mais integral aproveitamento. O isolacionismo e a desconfiança só beneficiam as elites criminosas.



**Carlos Pimenta – Associado do OBEGEF –
Observatório de Economia e Gestão de
Fraude**